

Carreira acadêmica de mulheres e dinâmicas de gênero: reflexões para a constituição de políticas públicas de apoio à maternidade no meio científico

ENEIDA SANTIAGO*

Resumo: Historicamente, a produção do conhecimento científico se construiu como atividade pautada pela dedicação integral e pragmática e assim, essencialmente masculina. Às mulheres, os cuidados familiares se impuseram como tarefa social imperativa. Recentemente, a presença feminina no mercado de trabalho e universidades foi acompanhada pelo aumento de mulheres-cientistas que constantemente precisam equilibrar maternidade e carreira. Neste ensaio, resgatamos a literatura e alguns dados para discutir sobre como a maternidade tem se constituído como penalidade sobre a carreira acadêmica delas, mas não para homens. No universo acadêmico-científico, as dinâmicas de gênero implícitas e explícitas engendram uma trama em que as diferenças de gênero se transmutam em desigualdades, colocando a mulher com filhos em uma sub-representação. Em conclusão, defendemos que a insuficiência de políticas públicas e ações institucionais que acolham as mulheres com filhos para que possam exercer com plenitude maternidade e pesquisa, aprofunda as desigualdades de gênero no meio acadêmico-científico brasileiro.

Palavras-chave: trabalho feminino; ensino superior; relações de gênero; divisão sexual do trabalho; políticas públicas; mulheres na ciência.

Women's academic career and gender dynamics: reflections for the constitution of public policies to support maternity in the scientific environment

Abstract: Historically, the production of scientific knowledge was built as an activity guided by integral and pragmatic dedication and, thus, essentially masculine. For women, family care was imposed as an imperative social task. Recently, the female presence in the labor market and universities has been accompanied by the increase of women-scientists who constantly need to balance motherhood and career. In this essay, we rescued the literature and some data to discuss how motherhood has been constituted as a penalty on their academic career, but not for men. In the academic-scientific universe, implicit and explicit gender dynamics engender a plot in which gender differences are transmuted into inequalities, placing women with children in an underrepresentation. In conclusion, we argue that the insufficiency of public policies and institutional actions that welcome women with children so that they can fully exercise motherhood and research, deepens gender inequalities in the Brazilian academic-scientific environment.

Key words: female work; university education; gender relations; sexual division of labor; public policy; women in science.



* ENEIDA SANTIAGO é Doutora em Saúde Coletiva pela Unesp-Assis (SP); Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina (UEL) no Departamento de Psicologia Social e Institucional.



Fonte: WikiCommons (CC) / Argonne National Laboratory / George Joch

O presente ensaio teórico pretende produzir tensionamentos e oferecer contribuições ao tema das mulheres na ciência. Resgatamos alguns fenômenos e dados históricos e contemporâneos que são discutidos quanto aos seus possíveis desdobramentos na carreira acadêmica científica de mulheres com filhos, perspectiva ainda pouco considerada de forma robusta nos estudos de políticas públicas educacionais e institucionais no ensino superior (ANDRADE, 2018; BOUERI; ASSIS, 2018; *PARENT IN SCIENCE*, 2021). Pelo termo carreira, consideramos muito mais do que uma sequência de vínculos laborais, mas, sim, a continuidade de estudos e atuações que se tornam cumulativos e de longo prazo, marcando toda a vida profissional do indivíduo (BOFFI; OLIVEIRA-SILVA, 2021). Como sustentação para a necessidade das problematizações que aqui fazemos, defendemos a tese de que a ausência ou

insuficiência de políticas de ensino superior e ações institucionais que acolham integralmente as mulheres com filhos para que possam exercer com plenitude maternidade e pesquisa, aprofunda as desigualdades de gênero no meio acadêmico-científico brasileiro.

Diferenças e desigualdades nas ciências

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) constituiu o dia 11 de maio como o Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência, data que viria a entrar para o calendário oficial de eventos da Fundação que conta, deste 2010, com a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, conhecida como ONU Mulheres. O objetivo de tal data era dar visibilidade às contribuições femininas para o desenvolvimento científico incentivando discussões sobre os obstáculos que elas enfrentam no

contexto acadêmico, um cenário que, a ONU, considera ser de desigualdade e assim, carente de mudanças profundas (CHNEEGANS; LEWIS; STRAZA, 2021). A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), divulgou em 2016 um relatório com dados de que no mundo todo as pesquisadoras era apenas 28% de toda a comunidade científica. Quando se considerava acesso às bolsas e financiamentos de pesquisas, bem como, posições de maior destaque no meio acadêmico-científico e áreas de ponta, como inteligência artificial, este número tendia a ser menor ainda (CHNEEGANS et al, 2021). Seriam as meninas e mulheres menos interessadas e capazes de atuar em ciências e no universo acadêmico? Segundo o secretário geral da ONU, António Gutierrez, as [...] mulheres e as meninas pertencem à ciência”, entretanto, “estereótipos afastaram as mulheres e as meninas de campos relacionados com a ciência” (ONU, 2021, p.01).

No Brasil, dados evidenciam a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas enquanto os homens mantiveram-se em patamares semelhantes (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS – FCC, 2022; HIRATA, 1998; ROCHA, 2000). Em levantamento e análise sobre elas no contexto de trabalho, a Fundação Carlos Chagas (FCC, 2022) denominou tal crescimento de intenso e persistente, destacando alguns pontos. Entre os anos de 1970 e 2007, as mulheres foram a maioria na ocupação de posições laborais mais vulneráveis como o trabalho doméstico e o trabalho informal. Quanto ao perfil, as trabalhadoras que ingressaram no mercado de trabalho em 1970 eram em sua maioria jovens e solteiras. Anos depois, mulheres com mais idade e casadas tinham cada vez mais entrado e

permanecido na ativa, fenômenos que estariam associados com a queda da taxa de fecundidade no mesmo período (5,8 filhos em média por mulher em 1970 para 2,4 filhos em 2002). Ainda no período considerado, houve desigualdade nos rendimentos de mulheres em comparativo com os obtidos por homens, apesar de elas terem mais anos de escolaridade do que eles. As mulheres apresentaram mais anos de estudo em todos os níveis escolares, fundamental, médio e superior, e ao longo de todo o período considerado (FCC, 2022; NEVES, 2006).

Dados de escolarização no ensino superior evidenciam que nas últimas décadas houve um aumento constante no número de mulheres que concluíram o ensino superior. Em 1970, elas eram 25,6% de toda a população brasileira, nas décadas seguintes se tornaram maioria: em 1980 eram 45,5%, em 1990, 48,9% e em 2000, 52,8% (GUEDES, 2008). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), indicam que em 2019, a partir dos 25 anos de idade, as mulheres apresentam maior taxa de escolarização no ensino superior do que os homens, com diferença mais acentuada na faixa etária entre 25 e 34 anos. A exceção está na faixa a partir dos 65 anos, quando eles ficam ligeiramente à frente, indicando as possíveis restrições do passado para que elas concluíssem um curso superior. Na pós-graduação os dados se repetem. Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2022), fundação federal que atua no apoio às universidades brasileiras e na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu, em 2022 as mulheres representam 54,2% dos matriculados em cursos de mestrado e doutorado reconhecidos no Brasil.

Quanto à obtenção de titulação, entre 2013 e 2019 o número de mulheres que se tornaram doutoras cresceu 61%, estando à frente dos homens (CAPES, 2021).

A formação universitária e a pós-graduação abrem variadas possibilidades de inserção qualificada no mercado de trabalho, dentre as quais, mas não somente, a carreira acadêmica-científica que contempla a docência no ensino superior e a realização de pesquisas que objetivam contribuir para a produção de conhecimento científico. Apesar das mulheres serem a maioria dentre o corpo discente na graduação e na pós-graduação brasileira, no corpo docente os dados se invertem. Entre os professores e pesquisadores de ensino superior de instituições públicas e privadas, em 2011, as mulheres eram 44,9%, pouco menos de dez anos depois, em 2019, elas passaram a ser 46,8% (IBGE, 2018). No intervalo de anos considerados, o salto na proporção de mulheres formadas na graduação e pós-graduação não se repetiu quanto a inserção deste mesmo grupo na atuação docente no ensino superior, colocando uma indagação: por que os dados de aumento de escolarização no ensino superior das mulheres não se traduziram em maior inserção e permanência delas na carreira acadêmica-científica?

Compreender a forma como as mulheres se incorporam e são incorporadas no mercado de trabalho significa entender as construções históricas e culturais na dinâmica das relações sociais entre homens e mulheres e os significados e as representações do feminino e do masculino. [...] (NEVES, 2006, p. 260).

No ocidente, historicamente a mulher foi, de forma constante, considerada a partir de sua propensão biológica de procriar. A confusão entre

determinismo social e imperativo biológico (BADINTER, 1985) as confinaram em papéis específicos de esposa e principalmente, mãe. Gerar e cuidar dos filhos, além do marido e do espaço doméstico seria o destino biologicamente demarcado e socialmente constituído para elas. No âmbito científico, discursos da medicina, psicologia e outros, legitimaram tal compreensão a partir da perspectiva do corpo feminino como uma versão defeituosa do masculino. Na ordem social, o pensamento será o de que “[...] a mulher, sã e feliz, é a mãe de família, guardiã das virtudes e dos valores eternos” (BERRIOT-SALVADORE, 1991, p. 444).

A ciência tem gênero?

Schiebinger (2001) afirma que “[...] a ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres” (p. 37). Historicamente, se cultivou um falso entendimento técnico de que haveria atividades e profissões de mulheres e outras, de homens. No universo da academia e das ciências, fundamentos científicos e epistemológicos sustentariam a falsa crença de um saber-fazer de neutralidade de gênero (SANTIAGO, 2020). Ao longo dos últimos duzentos anos, o campo científico, representado pelas universidades e institutos de pesquisa, se sustentou no pilar de que fazer ciência requer dedicação integral e absoluta. Desdobrar-se em igual medida entre dois mundos, ciência e vida privada, seria insustentável, trazendo prejuízos tanto para a primeira dimensão quanto para a segunda. Às mulheres, como vimos, ficaram a cobrança social quase exclusiva pelo cuidado com o lar e os filhos, desta forma, a produção do conhecimento científico se tornaria por si só, inviável para elas. Além disso, um feminino

cristalizado e formatado a partir de características que estariam naturalmente presentes nelas – sensibilidade, fragilidade – inviabilizariam a efetiva participação das mulheres no mundo da ciência que solicitaria uma postura fundamentalmente pragmática, nada menos que isso. Assim, a compreensão propagada era a de que as “[...] virtudes ideais da feminilidade - requeridas para as alegrias da vida doméstica – eram retratadas como falhas pessoais das mulheres no mundo da ciência” (SCHIEBINGER, 2001, p. 143).

Em uma breve retomada histórica de mulheres cientistas, encontramos Hipátia, registrada como matemática na Grécia antiga, lecionou filosofia e astronomia. Christine de Pizan, poetisa e filósofa, viveu na primeira metade do século XV, considerada a primeira mulher a viver de seus estudos. Com vozes masculinos, em busca de argumentações sobre a possibilidade de participação das mulheres no meio científico, em 1786, Jérôme Lalande publicou uma enciclopédia com histórias de mulheres astrônomas. Em 1830, Christian Harless, físico, publicou um compêndio com as contribuições das mulheres para as ciências naturais (SCHIEBINGER, 2001). Cronologicamente mais recente, no século XIX, outras figuras podem ser encontradas. Marie Curie, física e química, muito lembrada como alguém que rompeu o domínio masculino na ciência. Se tornou a primeira mulher a ser laureada com o Nobel, prêmio concedido para pessoas ou instituições que se destacaram nas ciências por ações ou descobertas notáveis, feito que realizou duas vezes, em 1903 e 1911. No entanto, na primeira homenagem, o Comitê que concedia a honraria pretendia nomear apenas Pierre Curie e Henri Becquerel, participantes do

estudo destacado para a premiação, sendo o primeiro, também, marido de Marie. Foram protestos de Pierre que fizeram com que o nome de Marie fosse adicionado à premiação por sua contribuição equivalente (REID, 1974).

Pesquisadoras atuando na ciência junto com seus maridos é algo historicamente recorrente. No entanto, com pouco reconhecimento profissional, para sobre a colaboração, quase sempre, uma suspeição constante de suposta desigualdade de conhecimento e capacidade de atuação, sendo elas as questionadas (SCHIEBINGER, 2001). Na biografia que escreveu do marido, em mais de um momento, Marie Curie destaca que era dela a ideia original do projeto que culminaria na constituição de toda uma área, a radioatividade, pela qual ambos se tornaram mundialmente conhecidos (REID, 1974). Uma leitura possível era a de que ela queria desfazer possíveis ambiguidades, já que vivia e atuava em um contexto em que as mulheres na ciência precisavam constantemente reafirmar suas posições e resistir ao apagamento que poderiam sofrer (SCHIEBINGER, 2001).

Impactos das dinâmicas de gênero na carreira acadêmica-científica de mulheres

Nas últimas décadas, presenciamos a significativa inserção das mulheres no mercado de trabalho e em uma de suas possibilidades, no universo da academia e da ciência como docentes e pesquisadoras. Apesar deste contexto de maior ocupação do espaço público por elas, demandas como a conciliação de relações familiares, parentalidade e carreira ainda se impõem como desafio de forma muito mais intensa para as mulheres do que para os homens (THINK OLGA, 2022), tendo em vista às configurações da divisão sexual do trabalho (HIRATA, 1998). Enquanto

noção em processo, há uma multiplicidade nas formas de ser mulher na contemporaneidade o que permite a identificação de vivências e realidades diversas a partir da consideração de intersecções raciais, culturais, políticas, econômicas (SANTIAGO, 2020). Para algumas, a maternidade, ressignificada, torna-se uma possibilidade de articulação entre desejo e recontextualização histórico-social.

Na carreira acadêmica, as dinâmicas de gênero e suas repercussões na maternidade tem se constituído como um dos principais obstáculos a serem vencidos para se avançar. Há diferentes tipos de impactos dependendo da área de atuação e os dados considerados. A publicação de artigos científicos no Brasil e no mundo é um dos principais critérios de análise da produtividade científica na área acadêmica, sendo considerado para processos variados como ascensão de carreira e acesso aos financiamentos e bolsas de pesquisas. Discutindo maternidade e produção científica, Kyvik (1990) relata que as cientistas com filhos menores de 10 anos apresentam menor índice de produtividade quando comparadas com os cientistas na mesma condição familiar. Ginther e Khan (2009), sustentadas pela análise de cerca de 30 anos de dados acadêmicos de doutoramentos nos Estados Unidos e carreira de egressos, encontraram evidências de que as pesquisadoras com filhos possuem menor probabilidade de ascenderem na carreira e ocuparem cargos ou posição decisória na ciência do que os pesquisadores nas mesmas condições.

No Brasil, a partir de 2016, o Movimento *Parent in Science* (2021) discute os desdobramentos da maternidade, na carreira acadêmica de mulheres e no cenário científico

nacional e tem nos últimos anos, empregado esforços para levantar dados que estimem tais impactos. A análise da relação entre maternidade e produção científica mostrou que depois que se tornam mães, as pesquisadoras vivenciam uma queda significativa na produtividade acadêmica, tendência que começa a se reverter somente cerca de 4 anos depois do nascimento dos filhos. Para as pesquisadoras sem filhos, a produtividade se mantém constante (ANDRADE, 2018). A diminuição da produtividade acadêmica produz um efeito cascata. Com a baixa, fruto da desaceleração do investimento na carreira devido aos intensos cuidados com os filhos pequenos, o acesso aos editais de apoio à pesquisa se torna muito mais difícil, já que estes se pautam fundamentalmente em dados de produtividade. Assim, torna-se possível dizer que com a maternidade elas perdem em competitividade quando comparadas aos pesquisadores ou mesmo, às pesquisadoras que não são mães. Em levantamento com 1.182 mulheres cientistas, 78% eram mães, sendo que 43,76% delas tinham mais de um filho. Com relação aos cuidados, 54% delas afirmam serem as únicas responsáveis da atribuição. Na percepção de 81% das cientistas mães, a maternidade trouxe um impacto negativo ou muito negativo para suas carreiras como cientistas (*PARENT IN SCIENCE*, 2019).

Quanto mais se avança na carreira acadêmica-científica, mais se reduz o número de mulheres. Denomina-se de *efeito tesoura* o fenômeno em que é considerável o número de mulheres em estágios iniciais de formação de uma área e com a progressão na carreira, nas posições de maior destaque, elas se encontram em número. O efeito tesoura, ou também chamado de *teto de vidro*, seria a inversão da predominância de

representação de gênero em uma área (BOFFI; OLIVEIRA-SILVA, 2021). Considerando dados de concessão de bolsas no ano de 2015, as mulheres estudantes possuíam 59% das bolsas de iniciação científica (IC) concedidas em todo o Brasil, incentivo de apoio aos novos pesquisadores. Quanto às bolsas por produtividade acadêmica, concedida como reconhecimento aos pesquisadores de destaque e sua efetiva contribuição para a ciência, elas eram apenas 24% (SENADO FEDERAL, 2017). O efeito tesoura é significativo por que não há políticas públicas de apoio a maternidade no meio acadêmico (PARENT IN SCIENCE, 2021; THINK OLGA, 2022).

Ser pesquisadora e mãe nas áreas STEM - sigla em inglês das carreiras em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática – se mostra excepcionalmente desafiador por serem áreas majoritariamente masculinas (BOFFI; OLIVEIRA-SILVA, 2021; KYVIK, 1990). Seriam vários os elementos que contribuiriam para que as mulheres não se interessassem tanto pelos campos de STEM ou quando em um deles, abandonassem. Ausência de experiências positivas com as áreas na infância/adolescência e nos níveis educacionais mais básicos; falta de profissionais mulheres que sejam destaques e referências nas áreas; imposição de padrões que reforçam a perspectiva de inferioridade e incapacidade das mulheres para atuação nas áreas STEM; vivências de hostilidade de colegas homens no contexto de trabalho; percepção dos fundamentos científicos e epistemológicos como sendo masculinos (BLICKENSTAFF, 2005; BOFFI; OLIVEIRA-SILVA, 2021; ROSSI, 1965 *apud* SCHIEBINGER, 2001). Em essência, os fenômenos do teto de vidro ou efeito tesoura seriam os

principais responsáveis pela reduzida presença de mulheres em carreiras relacionadas com os campos STEM, um contexto de segregação vertical de gênero e altos índices de evasão feminina (BOFFI; OLIVEIRA-SILVA, 2021).

Independente dos méritos, defendemos ser as dinâmicas de gênero no contexto acadêmico-científico que através de processos estruturais não explícitos, constituem ou ampliam desigualdades que empurram as mulheres para fora deste universo ao dificultar sua permanência neste universo fortemente pautado em competitividade e produtividade. A partir da representatividade de mulheres entre aqueles com formação superior, assim como os concluintes de cursos de mestrado e doutorado, a análise de algumas posições de destaque no universo da ciência brasileira nos evidencia mais uma vez, o efeito tesoura ou teto de vidro. São os homens que majoritariamente estão na elite da ciência brasileira. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), com 66 anos de existência, nunca contou com uma presidente. Em seus 105 anos, a Academia Brasileira de Ciências tem uma presidente apenas agora, na gestão de 2022 (GANDRA, 2022). Na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), referência em instituição de pesquisa e desenvolvimento da ciência no país com 116 anos de história, uma mulher na presidência foi nomeada somente em 2017 (FIOCRUZ, 2017). O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações nunca contou com uma mulher como ministra (AREAS; ABREU; SANTANA; BARBOSA; NOBRE, 2020).

A academia como um não lugar da maternidade

No universo acadêmico-científico, as dinâmicas de gênero são construídas e articuladas a partir do masculino como referência para a constituição de processos e estruturas institucionais, perceptíveis a partir de evidências de viés implícitos (SANTIAGO, 2020). No que se restringe a maternidade, assim como no contexto social mais amplo, a academia e a ciência brasileira impõem expectativas e cobranças diferentes para homens e mulheres (BOUERI; ASSIS, 2018). São as mulheres que de forma muito mais incisiva ocupam o espaço da vida em sociedade cuidando de crianças, idosos, familiares enfermos, além de assumir variados afazeres domésticos. Segundo o IBGE (2018), mulheres dedicam aos cuidados domésticos, em média, 73% mais horas do que homens. Para muitas pesquisadoras com filhos, fazer ou terminar em casa atividades da carreira científica somente é possível após os filhos irem dormir ou de madrugada (BOUERI; ASSIS, 2018). No caso de casais heterossexuais, socialmente ainda se propagam noções de que elas são as principais responsáveis pelos filhos, em especial, os menores. Com família e amigos próximos, muitas mulheres conseguem constituir redes de apoio e cuidados compartilhados ou então, as que possuem condições financeiras, recorrem à compra do suporte através da contratação de babás ou creches, delegando os cuidados para, quase sempre, outras mulheres.

Nos processos e atividades frequentes do universo da academia e da ciência, a maternidade não encontra lugar, sendo sumariamente ignorada. Em desdobramento, será delas a carreira a ser sacrificada. Editais e comitês de seleção de financiamentos e bolsas de

pesquisa, bem como, de processos seletivos e concursos públicos de ensino, consideram exatamente o mesmo intervalo de anos de produção científica para candidatos e candidatas, com e sem filhos, sem considerar o período de licença maternidade (BOUERI; ASSIS, 2018; SANTIAGO, 2020). Nas áreas de conhecimento que valorizam a internacionalização, uma cobrança cada vez mais proeminente na ciência, as mulheres com filhos sentem as dificuldades para o deslocamento, tornando-se menos móveis o que pode restringir o estabelecimento de laços colaborativos com pesquisadores e grupos de pesquisa estrangeiros (ELSEVIER, 2019). Também são insuficientes as iniciativas que acolham pesquisadoras com filhos pequenos em eventos científicos, o que poderia ocorrer pela oferta de serviços de recreação e cuidados. Mais uma vez, cabe a mulher recorrer às redes de apoio que possuem e mesmo assim, muitas vezes ficando restritas aos eventos próximos. São raras as organizações de convenções que ofertem espaços de recreação.

Como forma de produzir tensionamentos, em 2019 uma solicitação foi encaminhada ao CNPQ para que no currículo acadêmico lattes fossem sinalizados períodos de afastamento de pesquisadoras e pesquisadores por licença maternidade e paternidade. O movimento #maternidadenolattes, circulou pelas redes sociais como forma de dar visibilidade e mobilizar a sociedade, em especial, a acadêmica-científica para a questão da parentalidade na ciência (*PARENT IN SCIENCE*, 2021). Em resposta à demanda, em abril de 2021 o CNPQ incluiu um tópico de preenchimento opcional no lattes para que tal indicação fosse feita. A expectativa era que órgãos de fomento à

pesquisa e universidades considerassem esta informação em seus processos (BOEHM, 2021). No entanto, não há obrigatoriedade para tal, mesmo em caso de instituição pública.

Estratégias para o protagonismo das mulheres na ciência

No contexto que aqui resgatamos, torna-se possível afirmar que não há responsabilidade de gênero para os que estão no universo acadêmico-científico que não as cientistas mães. Desta forma, a maternidade tem se constituído como penalidade sobre a carreira acadêmica das mulheres, mas não para os homens. Seriam tais questões uma pauta somente para mulheres, mães ou não? No universo acadêmico-científico, as dinâmicas de gênero implícitas e explícitas engendram uma trama articulada em que as diferenças de gênero se transmutam em desigualdades, o que assenta a mulher com filhos em um lugar de sub-representação (ARAÚJO; MANZANO, 2020). Não devendo ser etiquetadas como problemas de mulheres ou ainda, acusadas de servirem para a reivindicação de privilégios, as questões que aqui destacamos devem ser inscritas como pontos de pauta para discussões tanto na perspectiva da produção do conhecimento científico quanto das relações de trabalho. O que colocamos sustenta-se na preponderância de que responsabilizações sejam revistas e processos reconstituídos favorecendo às discussões de gênero nas ciências, bem como, a constituição de políticas públicas para a equidade de gênero e ações institucionais de apoio à maternidade no meio universitário. Na academia, os filhos mudam completamente o cenário para as mulheres, mas não para os homens. Em geral, é a carreira delas que são sacrificadas, algumas vezes com o

afastamento das atividades de pesquisa, permanecendo restritas às atividades de ensino (BOUERI; ASSIS, 2018). Historicamente, o trabalho dos cientistas, assim como de profissionais de muitas outras áreas de atuação, se estruturou na perspectiva de que eles teriam esposas para cuidar deles, de suas casas e de seus filhos (SCHIEBINGER, 2001). Mesmo no contexto social recente, homens com filhos tendem a ter em casa alguém, quase sempre uma mulher em relação remunerada, que se responsabiliza pelos cuidados necessários à manutenção da vida enquanto eles permanecem livres para se concentrar em suas carreiras. Nosso ponto central é quanto a importância de ressignificar o cuidado, o desvinculando da construção de gênero. Necessitando deixar de ser invisibilizado e confinado às mulheres, o ato de cuidar precisa de protagonismo e reconhecimento e, assim, assumido como responsabilidade coletiva, como trabalho essencial de toda a sociedade (THINK OLGA, 2022).

A construção de estratégias de apoio às mães pesquisadoras no meio acadêmico e científico são urgentes e precisam ser construídas através de políticas públicas e ações institucionais de equidade de gênero que sejam incisivas e amplas. Citamos algumas possibilidades de políticas públicas e ações institucionais que auxiliem as mães a equilibrar vida pessoal e profissional. No âmbito da estrutura institucional, o apoio à maternidade poderia ocorrer via a constituição de dispositivos adequados e suficientes para oferta de cuidados na primeira infância, como berçários e creches; criação de salas de amamentação. Nos processos institucionais, o estabelecimento da obrigatoriedade de membros com perfil de maior diversidade para a composição

de comissões e comitês de avaliação; regulamentações que ampliem em 2 anos, em média, o período de produção científica com desconto de licença-maternidade, para concursos públicos, editais de financiamentos e para promoção e progressão de carreira. Para as mães que sejam estudantes (graduação e pós-graduação), acesso sem restrições aos dispositivos institucionais de creche, berçários e sala de amamentação; oferta exclusiva ou diferenciada em critérios, de bolsas de IC, em especial. No âmbito da articulação e promoção da ciência na sociedade, constituição de políticas e programas de popularização e aumento da visibilidade da ciência feita por mulheres; linhas de oferta de bolsas de estudo e IC para incentivar a formação e educação científica de meninas e mulheres.

Por fim, defendemos que o que causa impacto na carreira acadêmica de mulheres não é a maternidade, mas as dinâmicas de gênero implícitas e explícitas no contexto científico. Políticas públicas educacionais para a igualdade de gênero e ações institucionais poderiam mitigar tais impactos, mas como tais questões são invisibilizadas para a coletividade se manifestando apenas para quem as vivenciam ou outros bem próximos, o meio acadêmico científico corre o risco de continuar masculina em seu *ethos* e substância (KELLER, 1985 apud SCHIEBINGER, 2001). Atualmente, há pouco esforço intencional e sistemático para mudanças significativas e amplas que favoreçam a maior presença e participação, sem que precisem escolher entre maternidade e carreira, de meninas, mulheres e mulheres com filhos nos diversos níveis e áreas de produção do conhecimento. Em uma ciência fundamentada na perspectiva masculina, pouco inclusiva e diversa e

sem equidade de gênero, toda a sociedade perde assim como, a própria ciência.

Algumas considerações

Se dedicar ao fazer científico, para mulheres e homens, requer esmero e persistência. No Brasil, a obtenção da titulação de doutor exige muitos anos de estudo, entre 15 e 19 anos, no mínimo. Como docente de ensino superior, devemos ministrar aulas, orientar alunas e alunos de variados níveis e contextos, conduzir grupos de pesquisa, escrever artigos e outros textos científicos, cumprir prazos institucionais. Atividades que exigem muitas horas entre trabalho mental e esforço prático. Tendo tal contexto, nosso objetivo aqui foi levantar informações e fomentar discussões para, esperamos, a constituição de futuras políticas e ações que abarquem os desdobramentos da maternidade para mulheres que estão na carreira acadêmica-científica.

Nesta discussão, torna-se fundamental ressignificar e valorizar o cuidado, o desvinculando da construção de gênero, para que seja compreendido como trabalho essencial de toda a sociedade. Além disso, que sistemas e processos institucionais rompam com a perspectiva histórica e pragmática de uma ciência masculina em sua concepção e realização. Somente assim, poderemos incentivar meninas e mulheres a se engajarem e permanecerem na ciência, provando ser esta uma carreira possível para todas.

Indicamos a urgência na constituição de uma agenda de pesquisas que levante dados e promova discussões sobre as mulheres na ciência brasileira. Que se considere especificidades de áreas de conhecimento, diferentes etapas da vida acadêmica, perfis socioeconômicos e geográficos, bem como,

interseccionalidades e questões de representatividade na academia. Por fim, desejamos que as questões aqui colocadas sejam lidas como demanda das novas gerações feministas.

Referências

ANDRADE, R. O. Maternidade no Currículo. **Revista Fapesp**, 269, 2018. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/maternidade-no-curriculo/>. Acesso em 13 jun 2022.

ARAÚJO, L.M.B.M.; MANZANO, L.C.G. Identidades e (não) lugares da maternidade na ciência: discursos e contra-discursos nas mídias. **Estudos Linguísticos**, v. 49, n. 3, p. 1185-1199, 2020. Disponível em <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2644/1884>. Acesso em 13 jun 2022.

AREAS, R.; ABREU, A.; SANTANA, A.; BARBOSA, M.; NOBRE, C. Gender and the scissors graph of Brazilian science: from equality to invisibility. OSF Preprints, 2020. Disponível em <https://osf.io/m6eb4/> Acesso em 01 jun 2022.

BADINTER, E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. SP: Record, 1998.

BERRIOT-SALVADORE, E. O discurso da medicina e da ciência. In G. Duby & M. Perrot (Eds.). **História das Mulheres**. Vol (3). Porto: Edições Afrontamento, 1991.

BLICKENSTAFF, J. C. Women and science careers: leaky pipeline or gender filter?. 17(4), 369-386, 2005. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09540250500145072>. Acesso em 04 jun 2022.

BOEHM, C. Currículo Lattes terá nova seção para registrar licença-maternidade. **Agência Brasil**. 12 abr 2021. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/curriculo-lattes-tera-nova-secao-para-registrar-licenca-maternidade>. Acesso em 15 jun 2022.

BOFFI, L.C.; OLIVEIRA-SILVA, L.C. Enfrentando as estatísticas: estratégias para permanência de mulheres em STEM. **Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 14, n. spe, p. 1-27, dez. 2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci-arttext&pid=S1983-82202021000300003>. Acesso em 11 jun 2022.

[arttext&pid=S1983-82202021000300003](https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/numero-de-doutoras-cresce-61-em-seis-anos)

Acesso em 11 jun 2022.

BOUERI, A. G.; ASSIS, C. Sem considerar maternidade, ciência brasileira ainda penaliza mulheres. **Gênero e Número**, 20 jun 2018.

CAPES. Número de doutoras cresce 61% em seis anos. **Notícias – Dia da Mulher**. Publicado em 08 mar, atualizado em 10 mar 2021. <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/numero-de-doutoras-cresce-61-em-seis-anos>. Acesso em 03 jun 2022.

CAPES. Pós-graduação brasileira tem maioria feminina. **Notícias – Mulheres na Ciência**. Publicado em 11 fev 2022. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pos-graduacao-brasileira-tem-maioria-feminina>. Acesso em 14 jun 2022.

CHNEEGANS, S.; LEWIS, J.; T. STRAZA (Eds.). Relatório de Ciências da UNESCO: A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente – Resumo executivo. Paris: UNESCO Publishing 2021. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377250_por. Acesso em 13 jun 2022.

ELSEVIER. Gender in the Global Research Landscape: Analysis of research performance through a gender lens across 20 years, 12 geographies, and 27 subject areas. Elsevier, 2019. https://www.elsevier.com/_data/assets/pdf_file/0003/1083945/Elsevier-gender-report-2017.pdf. Acesso em 13 jun 2022.

FCC. Série mulheres no mercado de trabalho: grandes números. 2022. Disponível em <https://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie1.php?area=series> Acesso em 11 jun 2022.

FIOCRUZ. Nísia Trindade é a nova presidente da FIOCRUZ. **Agência FIOCRUZ de notícias**. 04 jan. 2017.

GANDRA, A. Nova presidente da Academia Brasileira de Ciências toma posse hoje. **Agência Brasil**, 04 maio 2022.

GINTHER, D. K.; KAHN, S. Does science promote women? Evidence from academia 1973-2001. University of Chicago Press, 2009. Disponível em <https://www.nber.org/papers/w12691>. Acesso em 10 jun 2022.

GUEDES, M. C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, p. 117-132, 2008. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tPvR4dWz5GzGCgn4c6GCZHp/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em 13 jun 2022.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista latinoamericana de estudos del trabajo**. São Paulo: Atlas, 1998.

IBGE. Estatística de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas**. Informação demográfica e socioeconômica, n. 38, 2018.

KYVIK, S. Motherhood and scientific productivity. **Social Studies of Science**. 20, 149–160, 1990. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/285104>. Acesso em 13 jun 2022.

NEVES, M.A. Trabalho e gênero: permanências e desafios. **Sociedade e cultura**, 9(2), 257-265, 2006. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/703/70390201.pdf>. Acesso em 13 jun 2022.

ONU. Mulheres representam apenas 28% dos graduados em engenharia. **Notícias**. 11 fevereiro 2021. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/111497-mulheres-representam-apenas-28-dos-graduados-em-engenharia>. Acesso em 14 jun 2022.

PARENT IN SCIENCE. **Parent in Science: o impacto da maternidade na carreira científica das mulheres brasileiras**. Youtube, 6 de jul. de 2019 Disponível em [Parent in Science: o impacto da maternidade na carreira científica das mulheres brasileiras](https://www.youtube.com/watch?v=Parent_in_Science_o_impacto_da_maternidade_na_carreira_cientifica_das_mulheres_brasileiras). Acesso em 31 maio de 2022.

PARENT IN SCIENCE. **Relatório de atividades: 2016-2021**. 2021. Disponível em

<https://www.parentinscience.com/>. Acesso em 31 maio de 2022.

REID, R.W. **Marie Curie**. New York: New American Library, 1974.

ROCHA, M. I. B. **Trabalho e gênero: Mudanças e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

SANTIAGO, E. Desafios no/do percurso metodológico de mulheres pesquisadoras: reflexões subversivas da ideia de uma ciência neutra. **Interação em Psicologia**, v. 24, n. 2, 2020. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/68098>. Acesso em 31 maio de 2022.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

SENADO FEDERAL. **Participação da mulher na ciência ainda é pequena, alertam pesquisadoras**. Agência Senado, 26 abr 2017. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/26/participacao-da-mulher-na-ciencia-ainda-e-pequena-alertam-pesquisadoras>. Acesso em 31 maio de 2022.

THINK OLGA. **Economia do Cuidado**: Laboratório Think Olga de exercícios de futuro. Disponível em: https://lab.thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/12/LABThinkOlga_Relatorio_EconomiadoCuidado.pdf Acesso em: 30 mai 2022.

Recebido em 2022-06-15
Publicado em 2022-08-01